

## Anabela Santos

---

**De:** Leonardo [gescem.l@netcabo.pt]  
**Enviado:** sábado, 20 de Novembro de 2010 12:26  
**Para:** Comissão 11ª - CTSSAP XI  
**Assunto:** FW: ASSEMBLEIA DA REPUBLICA  
**Anexos:** ASSEMBLEIA DA REPUBLICA.docx

---

**De:** Leonardo [mailto:gescem.l@netcabo.pt]  
**Enviada:** sábado, 20 de Novembro de 2010 12:22  
**Para:** 'Comissao.11A-CTSSAPXI@ar.parlamento.pt'  
**Assunto:** FW: ASSEMBLEIA DA REPUBLICA

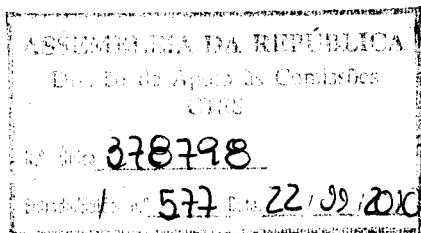
---

**De:** Leonardo [mailto:gescem.l@netcabo.pt]  
**Enviada:** sábado, 13 de Novembro de 2010 16:38  
**Para:** 'Comissao.11A-CTSSAPXI@ar.parlamento.pt'  
**Assunto:** ASSEMBLEIA DA REPUBLICA

Exmos Deputados da 11ª Comissão de Trabalho da Segurança Social e Administração Pública na sequência da petição enviada , reforço o meu pedido de audiência na 11ª Comissão, em dia e hora que V. Exas. entenderem.

Grato pela vossa atenção

José Leonardo Santos da Costa



## Anabela Santos

---

**De:** Leonardo [gescem.l@netcabo.pt]  
**Enviado:** sábado, 13 de Novembro de 2010 15:29  
**Para:** Comissão 11ª - CTSSAP XI  
**Assunto:** PETIÇÃO  
**Anexos:** ASSEMBLEIA DA REPUBLICA.docx

Caros Deputados da 11ª Primeira comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, Boa tarde  
Anexo petição que gostaria de ver apreciada por V. Exas.

À

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

11ª Comissão de Trabalho, Segurança Social

e Administração Pública

Seixal, 12 de Outubro de 2010.

Exmos. Senhores(as) Deputados(as)

O assunto que me motiva a comunicar com V. Exas. é demonstrativo da situação do País e as suas causas, e demasiado abrangente envolvendo matérias que dizem respeito à economia, Liberdades Direitos e Garantias e no caso concreto a Segurança social e a sua sustentabilidade.

Dirijo-me pela primeira vez à Assembleia da República na simples qualidade de cidadão não represento Corporações Ordens ou Associações, represento sim: uma média empresa e os seus 500 postos de trabalho, e um investimento de 5 milhões de euros, e que a Inspeção da Segurança Social de Setúbal pretende destruir.

Incluo-me nos portugueses e as causas que infelizmente não vejo discutidas na Assembleia da Republica, não fazem parte do mediatismo que envolve a politica e a comunicação social, e que servem normalmente um número muito restrito de pessoas e entidades, deixando de fora os reais problemas dos portugueses anónimos, empreendedores e trabalhadores que são de facto o verdadeiro motor do País e do Estado gerando riqueza e pagando os seus impostos.

Esta minha comunicação pretende levar até V. Exas. informação que entendo de importante pois retrata uma das muitas realidades do País e contribuir assim para uma melhoria do processo legislativo que deve ter em conta as essas mesmas realidades.

Pretendo da parte de V. Exas. representantes da 11ª Comissão de Trabalho Segurança Social e Administração Pública, o vosso parecer e até a vossa intervenção no sentido de salvaguardar o património e os 500 postos de trabalho de uma média empresa.

ASSUNTO: Fiscalização da Segurança Social – Setúbal

#### INTRODUÇÃO:

A empresa CMN-MANUTENÇÃO INDUSTRIAL CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS LDA, NIPC 502747420, desenvolve a sua actividade na área da manutenção Industrial (Instalações Industriais na área dos Petróleos, Petroquímica e construção de estruturas metálicas).

No âmbito da sua actividade os seus principais Clientes abrangem para além do mercado nacional, o espaço intracomunitário em Países como: Reino Unido, Espanha, Holanda, Itália e Suíça (CERN) outros mercados fora da Comunidade Europeia.

Para melhor compreensão da actividade da empresa citamos alguns elementos relativos à sua contabilidade:

<b>VENDAS</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Mercado Nacional	8.823.892,00	4.791.657,87
Mercado Intracomunitário	7.967.697,00	9.824.692,53
Outros Mercados	2.579.526,00	1.609.742,77
<b>Total das Vendas</b>	<b>19.371.115,00</b>	<b>16.226.093,17</b>
<b>Salários Pagos</b>	<b>12.656.856,23</b>	<b>11.270.935,72</b>
Impostos e contribuições Pagas		
IRS - Retenções	188.293,00	239.746,00
IVA	908.642,91	496.696,81
Segurança Social	1.262.484,96	1.121.571,31
IRC	630.005,80	547.539,74
<b>Total de Impostos Pagos</b>	<b>2.989.426,67</b>	<b>2.405.553,86</b>

#### FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Para a execução dos trabalhos contrata trabalhadores especializados nas áreas da metalomecânica.

Como estratégia em atenuar a escassez de profissionais qualificados na área da metalomecânica, promove a Formação Profissional estando em funcionamento desde 2008 o seu Centro de Formação credenciado pelo IEFP, com instalações em funcionamento no Seixal e em Sines, transmitindo saberes, habilitando os mais jovens e precavendo o futuro de um sector onde escasseiam os profissionais.

Da Formação promovida pela empresa, resultou a contratação de muitos formandos para os quadros da empresa (cerca de 200 Jovens) onde desempenham profissões qualificadas como Soldadores, Tubistas e Serralheiros mecânicos, em Portugal e no estrangeiro, dando assim continuidade ao processo de Formação inicial, através de contactos com o mundo do trabalho no País e no estrangeiro, habilitando-os desta forma à aquisição de outras competências como sejam a língua e culturas de outros Países.

A questão da Formação torna-se ainda mais relevante se atendermos à inserção da nossa empresa na área do Município do Seixal, Distrito de Setúbal, área do País com graves problemas sociais, elevado desemprego sempre associado a um nível de escolaridade baixo, e onde a nossa empresa desempenha um papel importante na promoção do emprego e na formação, habilitando pessoas e proporcionando-lhes as condições para encarar o futuro, que se perspectiva nada fácil para todos nós.

## **ACERCA DA FISCALIZAÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL – SETUBAL**

Em Novembro de 2009, a Segurança Social de Setúbal iniciou uma acção de fiscalização junto da nossa empresa.

A fiscalização incidiu sobre os exercícios de 2003 a 2010, sendo o objecto da Fiscalização a verificação dos montantes de Ajudas de Custo atribuídas aos trabalhadores deslocados em vários pontos do País e Estrangeiro.

A Fiscalização durou mais de um ano, tendo a nossa empresa disponibilizado pessoal e meios no sentido de apoiar o trabalho da segurança social e dos seus Inspectores, na recolha dos elementos que entenderam necessários para a prossecução do seu trabalho.

A fiscalização iniciada em Novembro de 2009, terminou em Outubro de 2010, e incluiu ainda a convocação de vários trabalhadores que integram os quadros da empresa e outros que já tinham desempenhado funções na empresa para “Interrogatórios” que chegaram a demorar horas e sempre com elevados tempos de espera, relativamente à hora descrita na convocatória recepcionada pelos trabalhadores, procedimentos que nos fazem lembrar outros tempos e que atentam contra a dignidade dos convocados.

## **PROJECTO DE RELATÓRIO**

Concluída a acção por parte dos Inspectores da Segurança Social de Setúbal, foi recepcionado na nossa empresa o seu Projecto de Relatório, que se resume à tributação das Ajudas de Custo do anos de 2003 a Junho de 2010 pagas pela empresa aos seus trabalhadores aplicando a taxa de 34,75%, o que totaliza 12.328.423,81 euros.

A título de exemplo alega o referido relatório que os trabalhadores contratados para desempenhar funções em França – Marselha não deveriam usufruir de Ajudas de Custo, pois quando são contratados já sabem para onde vão trabalhar – França e como tal não são deslocados do seu posto de trabalho.

Negar a um trabalhador que se desloca do seu País para longe da sua residência e Família o direito a receber a Ajuda de custo correspondente pela sua deslocação é no mínimo caricato, é tirar-lhe a alimentação e estadia, e atentar contra direitos fundamentais que tanta vezes são apregoados mas que o Estado através dos Senhores Inspectores da Segurança Social, pretende negar.

Consta ainda no Projecto de Relatório a referência ao facto de as Ajudas de Custo serem atribuídas de forma regular.

Tem uma explicação e que foi transmitida aos Senhores Inspectores e constatada por estes, a quase totalidade dos nossos trabalhos são efectuas em Instalações Industriais, deslocamos os trabalhadores por vários pontos do País e no Estrangeiro, a prova encontra-se na nossa facturação (Clientes).

Consta ainda no referido relatório alegações que reputo de “mau gosto” às participações dos sócios da nossa empresa em outras sociedades, qualificando até os seus comportamentos o que no mínimo é abusivo da parte dos Senhores Inspectores e atenta contra a dignidade das pessoas e viola o sigilo, a que estes senhores estão obrigados.

Nas conclusões do Relatório elaborado pelos Senhores Inspectores fazem mais uma referência a uma eventual advertência por parte da Segurança Social a uma outra empresa da qual sou responsável, o que não corresponde à verdade:

A verdade foi um processo que foi movido pela Segurança Social de Setúbal cujo relator é um dos Senhores Inspectores da actual equipa que fiscalizou a nossa empresa, o processo foi Julgado no Tribunal do Seixal e a empresa foi absolvida, tendo a sentença transitado em em julgado, a menção a esta situação e outras que constam do referido relatório são escusadas, e de profundo mau gosto repito.

O relatório de deveria incluir bases Técnico Jurídicas de correcção de situação irregulares que sempre existem, e induzir alguma pedagogia na correcção dessas mesmas situações aos seus destinatários, não é mais que uma ameaça e uma devassa da vida privada dos sócios da empresa.

Reflecte o mesmo Projecto de Relatório, nos seus pormenores nomeadamente quando faz referências aos sócios da empresa e ao seu património qualificando até os seus comportamentos, algum altruísmo e talvez pretenda esconder alguma falta de rigor e objectividade no trabalho dos Senhores Inspectores.

Reflecte ainda e isso não tenho dúvidas uma perseguição à minha pessoa e às empresas em que participo, tendo desde 2001 fiscalizações permanentes da segurança social, nessas mesmas empresas.

Da análise que faço ao comportamento dos Senhores Inspectores e outros sinais que vou recolhendo também não me restam dúvidas que outras motivações existem para a perseguição de que estou a ser alvo.

## PETIÇÃO

Retratada que foi a situação gerada pela inspecção da Segurança Social – Setúbal, que a ser aceite tinha como consequência a perda de 500 postos de trabalho, e a destruição de uma empresa que contribui todos os anos com milhões de euros para as exportações do País, cujos fluxos dessas exportação tem como podem verificar dado entrada em Portugal, originando o pagamento de contribuições e impostos no País.

Esta acção por parte da Segurança Social de Setúbal, não só destrói riqueza como e não menos importante destrói a confiança entre o Estado e os Contribuintes, no presente e no futuro, desacreditando os Portugueses do seu Estado.

Apelo a V. Exas. Deputados da 11ª Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, que promovam todas as diligências ao v/alcance no sentido de salvaguardar os 500 e o investimento e a riqueza gerada que querem destruir.

Nesse sentido coloco-me ao dispor de V. Exas. para vos disponibilizar todos os elementos que acharem por bem indispensáveis.

Na expectativa das vossas notícias.

Grato pela v/atenção

Seixal 12 de Novembro de 2010

JOÃO FRANCISCO COELHO CORREIA (Sócio-Gerente da CMN)

## PROJECTO DE RELATÓRIO – CONSEQUÊNCIAS

A Liquidação do valor de 12.328.423,81 euros relativa a contribuições e quotizações a pagar à Segurança Social, equipara-se a um pedido de insolvência por parte dos Senhores Inspectores da Segurança Social – Setúbal.

A CMN-MANUTENÇÃO INDUSTRIAL CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS LDA, iniciou a sua actividade em 1989, encontra-se financeiramente estável, honra todos os seus compromissos com os seus Trabalhadores, Fornecedores colaboradores e com o Estado, com capitais próprios de 4.114.897,26 euros.

As suas contas estão auditadas e certificadas sem qualquer reserva e cumprem todas as normas da Certificação Legal de Contas.

Aceitação da quantia que os Srs Inspectores pretendem liquidar tinha como se pode verificar como consequência imediata a falência da sociedade que passaria a deter capitais próprios negativos de 8.213.526,55 euros. ( Artigo 35º do CSC)

Pretende-se cobrar de imediato um valor que a empresa não gerou em mais de 20 anos de actividade, o que no mínimo é absurdo.

Destruir-se-ia um projecto de 20 anos que criou postos de trabalho e gerou riqueza ao País, e que irá continuar, vamos defender a empresa, incluindo os seus postos de trabalho e património até ao limite das nossas forças.

Uma empresa como a nossa tem uma importância social e económica que não pode ser deixada ao livre arbítrio de um Técnico de Inspeção da Segurança Social, condicionado que está pelo ambiente social de onde trabalha e reside de proximidade com a nossa empresa.